

DESENVOLVIMENTOS DO CASO DE ESTOI, EM PLENA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

Duas entidades emitiram certificados que permitiram legalizar falsa ruína

Proprietária legalizou a ruína nas Finanças, no final de 2014, com uma certidão emitida pela Câmara de Faro, e na Conservatória de Olhão, no início de 2015, recorrendo à referida certidão e a um novo documento das Finanças. CCDR garante que está a investigar a situação para aplicação das devidas sanções

> DOMINGOS VIEGAS

A Câmara Municipal de Faro e as Finanças emitiram documentos que certificam a existência de uma ruína num terreno localizado na freguesia de Estoi (Faro), em plena Reserva Ecológica Nacional (REN), mas a ruína é falsa e foi criada pela proprietária com o objetivo de valorizar a propriedade e de poder construir no local.

A criação da falsa ruína tinha sido denunciada pelo Jornal do Algarve, há duas edições (23 de junho), com base na queixa apresentada junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve por José Carlos Gonçalves, proprietário de um terreno contíguo.

Não existe nenhum documento anterior a 2013 que indique a existência de uma ruína no local. As imagens de satélite do Google Earth confirmam que a ruína só apareceu no local nesse ano. E um relatório do Serviço de Proteção da Natureza (SEPNA) da GNR, a que o Jornal do Algarve teve acesso, também considera como plausível que a situação configure uma "ruína" construída recentemente. No entanto, a proprietária do terreno conseguiu legalizá-la.

Mas como é possível legalizar uma falsa ruína e numa zona de REN? Há duas semanas, a Câmara Municipal de Faro explicou ao Jornal do Algarve que tinha indeferido, em 2014, um pedido de certidão de antiguidade do prédio. Porém, entretanto, a nossa investigação levou-nos até uma certidão, assinada por Armando Cochado, diretor do Departamento de Infraestruturas e



Urbanismo do Município de Faro, com data de 03 de dezembro de 2013, ou seja, antes de ter sido feita qualquer alteração na Conservatória, em que aquele responsável certifica que "existem ruínas no terreno".

Posteriormente, a 12 de dezembro de 2013, ou seja, apenas nove dias depois de ter sido passada a referida certidão pela autarquia farense, e ainda antes da ruína estar legalizada na Conservatória, a proprietária do terreno entregou nas Finanças um pedido para alteração à matriz original, para poder legalizar a ruína junto desta última entidade.

No mês seguinte, a 22 de janeiro de 2014, deu entrada na Conservatória de Olhão um registo de averbamento de alteração ao prédio (terreno) em causa: onde antes constava "terra de mato com árvores", passou a constar "terra de

mato com árvores e ruína". A proprietária apresentou a certidão que lhe tinha sido emitida pela Câmara de Faro e o documento das Finanças, para legalizar a ruína junto da Conservatória.

Depois de legalizar a falsa ruína nas Finanças, a proprietária passou a ter, a partir de janeiro de 2014, uma ruína em área de Reserva Ecológica Nacional também devidamente legalizada na Conservatória. E um terreno cujo valor aumentou de tal forma que chegou a estar à venda, recentemente, através de uma imobiliária, por 200 mil euros.

Refira-se que, a 13 de agosto de 2014, depois da falsa ruína estar legalizada há mais de seis meses, Vítor Manuel Neto Dias, secretário da União de Freguesias de Concelho e Estoi assinou um atestado em que confirma que o referido terreno "tem uma ruína construída em data an-

terior à publicação do Regime Geral da Edificação e Urbanização de 7 de Agosto de 1951".

Entretanto, contactada pelo Jornal do Algarve, a CCDR Algarve, que já tinha rejeitado em 2015, no âmbito da REN, um pedido para "alteração e ampliação de moradia para casa de campo e construção de piscina (empreendimento de turismo rural)" no referido terreno, garantiu que está a investigar a situação.

"Subsistindo dúvidas quanto à situação da 'ruína' (ou existia anteriormente ou nunca ali existiu), a CCDR do Algarve encontra-se simultaneamente a diligenciar junto da Câmara Municipal de Faro pelo cabal esclarecimento dos factos com vista à atuação sancionatória que se justifique.", explicou David Santos, presidente daquela entidade.

Há duas semanas, na altura em que o Jornal do Algarve denunciou a situação, José Carlos Gonçalves, o proprietário que apresentou a queixa junto da CCDR já lá vão quase quatro anos, garantiu que "há outras situações semelhantes, que as autoridades deveriam investigar". E explicou que tem indicação de que a mesma proprietária conseguiu "fintar o sistema" noutras zonas da região. "Há aqui muita gente envolvida", considerou, garantindo que, esta semana, já avançou com queixas junto de associações ambientalistas e da própria Polícia Judiciária.

VAI ANDANDO
QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

Castigos. O País vai viver os próximos tempos sobre a expectativa do anunciado cutelo da EU que em nós País se abateria em função de não termos cumprido o défice de 3% da Orçamento, tal como aliás, ao que as notícias nos dão conta, foram os casos da Espanha e da própria França. As anunciadas sanções que na pior das hipóteses podem ter como consequências o impedimento ou condicionamento das transferências de dinheiros comunitários inseridos e decididos no próximo quadro comunitário de apoio 2016/2020. O que se assim for será péssimo porque antecederá a novas exigências da Troika e a mais sacrifícios para a maioria do nosso povo. Em tal momento creio que o que se exigiria a todas as forças políticas do País uma actuação conjunta em defesa dos interesses nacionais. No quadro dessa exigência é por demais incompreensível a posição assumida pelo PSD e CDS, quando acusam o actual governo de não cumprir as exigências do défice quando se trata de um OE executado e aprovado pela maioria que constituía na altura governo durante 11 meses que para além disso usou a manobra de deitar para debaixo do tapete a situação do Banif, responsável em última instância, pelo agravamento do défice, para além de todas as manobras de pressão e de intriga que desenvolveram no interior da EU junto dos seus parceiros pelo incomodo que causava estarem perante um governo de centro esquerda apoiados por partidos de esquerda.

Estamos então perante a evidência de uma oposição que para além de não assumir as responsabilidades de não cumprir os défices ao longo de três anos da sua governação, vem agora acusar este governo de contas mal cumpridas entre as quais a situação de falência do Banif ocultado por eles. Mas, igualmente é bom afirmá-lo, as responsabilidades de uma EU dirigida por eurocratas ao serviço da financeirização da economia, através de processos que estão longe do escrutínio democrático, o que só assim acontece por ausência qualificada de direcção política fiel aos desígnios para que foi construída a EU. Neste quadro é no que a nós País nos diz respeito creio para as questões do imediato tenderão a passar, no embaraço em que as decisões políticas se encontram, para o adiamento de decisões. É típico de situações semelhantes e o Agosto está à porta. Todavia o que fica é a necessária reforma das estruturas da EU no sentido de acrescentar democracia ao que existe, porque não vislumbro nos próximos tempos para Portugal outra melhor solução que não seja a debater-se no interior da EU por tais mudanças.

Braxis. Bom... o Reino Unido votou como votou e se antes não ficaram claras as consequências dessa opinião há que assumi-las agora com os votos dos novos e dos velhos do interior e das grandes cidades. Londres pode ser um exemplo particular, mas não deixa de ser o que é como exemplo, e por mais impressiva que foi a enorme manifestação pela anulação dos resultados do referendo, do mesmo modo se me afigura de todo difícil admitir que a Escócia e a seguir o País de Gales batam à porta da EU para continuarem dentro, embora fora do Reino Unido e a EU os acolha sem mais nada. Estávamos então a entrar no caminho mais ambíguo do desconhecido. São reações emocionais e até podemos considerá-las racionais à luz das complicações que o resultado do referendo terá como consequências, mas não há que somar ilusões, por muito determinista que seja a minha opinião aqui expressa, o que se me afigura de melhor para todos e sobretudo para a EU é que a negociação da saída seja rápida e eficaz para todos. E que todos os Países da EU seus respectivos povos e forças políticas que os representam tirem desta situação particular as lições necessárias para não se deborem aprisionar por políticas monetaristas que só favorecem o capital rentista e cavam mais profundamente não só as desigualdades sociais mas igualmente o condicionamento ao desenvolvimento de cada País.

Seleção. Mais uma vez por exigências editoriais escrevo sem saber o resultado da meia-final. Embora crítico e distante da selecção de empates desejo como todos que a selecção ganhe e que, finalmente nessa final nos saiam os génios. Quiçá, é também para tais circunstâncias, como no passado, que estamos destinados.

Nota final: para quem ainda tem a pachorra de me lêr voltarei em Agosto.

carlosluisfigueira@sapo.pt

PUB.

La Piza 

RESTAURANTE PIZARIA

FARO MONTE GORDO

e-mail: geral@bellaitalia.pt site: www.bellaitalia.pt